
A VERTENTE ATLÂNTICA
DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

Virgílio de Carvalho

A VERTENTE ATLÂNTICA DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA (*)

INTRODUÇÃO

A geografia contribui notoriamente para o comportamento tradicional dos países. Não apenas porque é factor que pouco varia com o decorrer dos tempos, mas também porque dela decorrem oportunidades, carências, desafios, preocupações, vizinhos com comportamentos típicos, posição quanto a interesses alheios, etc.

Célérier, um reputado teórico da escola geopolítica francesa, defende que a posição do território dum Estado determina, em larga escala, o seu papel internacional, e a audiência que recebe. E Collin S. Gray, da escola norte-americana, entende que a geografia é o mais fundamental factor da política externa dos Estados, por ser o mais estável das componentes do seu potencial estratégico.

Por razões semelhantes — de resistência ao tempo — também o Carácter dos Povos é factor a ter em importante consideração para a formulação de políticas, pelo menos quanto aos elementos mais concretos.

O QUE É PORTUGAL

Portugal é o país europeu mais atlântico, o único que é apenas atlântico, o mais distante da URSS, e o mais próximo da América do Norte. E note-se que a Europa é, por seu turno, uma comprida península Leste-Oeste, com naturais dificuldades de coesão, e com muito elevada taxa de maritimidade decorrente de a sua fronteira marítima ser muito mais extensa que a terrestre. E, além disso, ela é altamente dependente do exterior para fins de segurança, inclusive quanto a abastecimento de matérias-

(*) Intervenção do autor no Ciclo de Debates sobre o «Arco Atlântico», no âmbito do Instituto Euro-Atlântico e do Forum Portucalense, no Porto, em 10-12-90.

-primas e doutros produtos essenciais ao seu desenvolvimento e à sua independência económica e política, e de rotas oceânicas para o seu transporte seguro.

Portugal, será bom não o esquecer, está debruçado sobre importantes rotas oceânicas intercontinentais (donde elas podem ser protegidas ou atacadas), civis e militares, e tem fronteira terrestre com um único país, a Espanha.

Será ainda bom lembrar que geoestrategistas franceses e espanhóis tendem a considerar o espaço marítimo interterritorial de Portugal — Continente, Açores, Madeira — como solução de continuidade para os seus espaços, que são simultaneamente atlânticos e mediterrânicos. E que o caminho da Espanha para potência europeia pode passar por frentes comuns que procura fazer com Portugal.

O disperso território euro-atlântico de Portugal apresenta a segunda e a terceira condições mais perigosas de fragmentaridade potencial. As quais são a descontinuidade marítima própria da sua composição quase-arquipelágica, e a circunstância de o Continente ser uma estreita faixa litoral Norte-Sul, com diferenças de clima e de cultura, ainda por cima encravada geograficamente entre a Espanha e o mar. Tudo isto de extrema importância, porquanto a individualidade de Portugal, isto é, a sua capacidade para ser Estado, que tem sido única entre as Nações da Península Ibérica, se deve ao seu potencial estratégico euro-atlântico. Pelo que convém ainda não pôr de parte, por uma questão de prudência elementar, a hipótese de Portugal poder ter apenas dimensão nuclear, isto é, a mínima que lhe tem permitido tal possibilidade única na Península Ibérica.

Quanto ao Carácter Nacional, é de salientar, como facto importante e incontroverso, ser Portugal um país fortemente marcado por imigração de vários quadrantes geográficos, religiosos e étnicos, com formação diversa, que tornaram possível a muitos cidadãos seus assumir também o carácter de emigrantes a partir da propícia plataforma do País, tentados pela procura no exterior de melhores condições de vida.

Por tudo o referido, não surpreenderá assim que Portugal tenha procurado consolidar a sua fronteira terrestre, e manter desimpedida a sua fronteira marítima, que é fronteira livre com praticamente todos os países.

Daí a célebre doutrina estratégica de D. João II quanto à Espanha, «contê-la em terra, e batê-la no mar».

De salientar ainda a viva reacção do Príncipe Perfeito à designação de Espanha dada pelos Reis Católicos ao país conseguido com a união das restantes Nações Ibéricas, alegando que ela respeitava a toda a Península, onde passava a faltar Portugal. Do que decorre que portuguesismo tem de ser, por definição, anti-espanholismo. E vice-versa.

Não admirará então que historiadores e outros estudiosos falem dos descobrimentos Marítimos dos Portugueses como manifestação da tendência do Povo Português para a emigração. Descobrimientos esses que, de qualquer modo, ao porem em contacto civilizações e economias distintas de vários continentes, e ao protagonizarem uma missão de evangelização cristã, acabaram por dar a Portugal, para além do papel de 1.^a potência marítima oceânica da História, a condição de país universalista, de relacionamento económico, cultural e religioso intercontinental. Descobrimientos de que convém assim preservar a sua individualidade, por ela ser parte integrante da própria individualidade de Portugal.

Jaime Cortesão, na sua obra «História dos Descobrimientos Portugueses», sintetiza praticamente tudo o referido, de forma admirável, na seguinte frase:

«A História portuguesa pode resumir-se numa série de esforços para o aproveitamento das possibilidades atlânticas do território: o primeiro, de arranjo interior sobre o anfiteatro longitudinal para o mar; o segundo, para utilizar as vantagens da sua posição no sudoeste da Europa, à esquina de dois mares; o terceiro, para explorar todas as suas possibilidades em relação às restantes partes do planeta, conhecidas ou por conhecer. Na realização desses esforços forjou a sua individualidade nacional e, com ela, influiu na História da Humanidade».

Mas há estudiosos estrangeiros cuja perspectiva sobre Portugal também interessa muito conhecer. Entre eles, Daniel J. Boorstin que, em «Os Descobridores», escreve:

«Entre os mais encorajados, foram os navegadores de Portugal, a quem a geografia determinára o seu papel na História. Na orla mais ocidental da Península Ibérica, a nação estabeleceu as suas fronteiras modernas muito

cedo, em meados do século XIII. Portugal... fora abençoado com extensos rios navegáveis e portos fundos, virados para o Atlântico. Assim o Povo português voltou-se naturalmente para fora, em sentido oposto aos centros clássicos da civilização europeia, para ocidente, na direcção do oceano insondável, e para sul, na direcção de um continente que, para os Europeus, era também insondável».

Por sue turno, Lewis Tambs (autor norte-americano de várias publicações sobre Geopolítica e História) ao referir que as sociedades insulares e costeiras são geralmente identificadas com estuários, recôncavos e mares protegidos, sustenta que «a Holanda começou no Zuider Zee, a Inglaterra no Tamisa, e Portugal no Tejo que o continente ao mesmo tempo atrai e repele, mas o mar é o seu caminho para a sobrevivência; e que, para Holanda e Portugal, a ameaça do interior foi sempre uma constante — Alemanha e França no primeiro caso, Castela no segundo — e ainda que o mar foi a salvação deles». Lewis Tambs defendeu ainda que «a Espanha estava destinada a confrontar-se com a potência naval predominante e que, inversamente, Portugal buscaria a protecção dela».

Mas o espanhol Unamuno é, talvez de todos, o mais directo e o mais sintético: «o que faz Portugal é o mar».

Do referido, poderá talvez concluir-se que o sustentáculo principal da identidade marítimo-centrífuga do Portugal euro-atlântico, e da sua capacidade para ser Estado, ou para ter individualidade, é o litoral do Continente, como pólo de atracção económica e cultural que deve ser para o interior e para outras regiões fronteiriças do Continente, e para os arquipélagos da Madeira e dos Açores. E que o poder do litoral do Continente pode e deve ser mantido e reforçado com pólos de desenvolvimento — autênticas locomotivas para o resto do País — localizados em portos naturais e artificiais (complementados por aeroportos internacionais) ligados intimamente ao «hinterland» nacional por rios navegáveis et vias terrestres a eles paralelas. Rios e vias que deverão contribuir para fazer do interior também litoral, poder esse que convirá ainda «coser» com vias terrestres costeiras (Norte-Sul) e navegação de cabotagem, esta também para, juntamente com a aviação comercial, se constituírem em autênticas «pontes» interterritoriais e inter-ilhas para o disperso território português,

facilitando a mobilidade de populações que é potenciadora de solidariedade nacional.

Poderá ainda concluir-se serem de fundamental importância, para o país especial que Portugal é, as seguintes considerações:

- investimentos no litoral e em comunicações fluviais, marítimas e aéreas, devem ser, o mais possível, nacionais;
- relações sensíveis (económicas, culturais e militares) com países continentais, como as atlântico-mediterrânicas França e Espanha, convém serem cuidadosamente compensadas com relações mais íntimas com países marítimos, mormente no que respeita a «jointventures» em áreas de interesse estratégico, ou seja, em áreas potenciadoras do centrifugismo marítimo de Portugal e da sua coesão interterritorial;
- permanece a histórica conveniência de Portugal preservar para si um relacionamento de interesse mútuo com a potência dominante do Atlântico Norte; e, também, tendo em vista preservar liberdade de acção quanto a ela, e à Europa, relacionamento especial com países de língua portuguesa, mormente com o colosso país-irmão que é o Brasil.

O CENÁRIO INTERNACIONAL ACTUAL

A característica dominante do cenário internacional do momento presente é a incerteza, inclusive na Europa. O que aconselha a todos os países, e portanto também a Portugal, a prudência duma estratégia preventiva que tenda a reforçar, antes de tudo, as suas resistências a ambientes potencialmente hostis aos seus interesses, que podem desenhar-se de surpresa. A prudência de, conseqüentemente, não introduzir alterações sensíveis no seu tradicional comportamento interno e externo. Até porque, na era que parece ser de internacionalização crescente, o equilíbrio «segurança-desenvolvimento-justiça» consegue-se melhor com países desenvolvidos, serenos, democráticos, coerentes, personalizados, previsíveis. E ao Portugal para cuja afirmação no seu espaço geográfico foi indispensável

tornar-se em património histórico do universalismo económico, cultural e religioso, nem sequer será preciso pedir-lhe mudança de comportamento para a nova era de melhor entendimento universal que parece poder estar no horizonte.

A modernização em curso na URSS é por certo o facto central do cenário internacional actual, dadas a sua dimensão de superpotência e as graves incertezas de que se reveste. Pelo que está causando a maior preocupação de momento. Por isso, todo o mundo em redor da URSS parece querer evitar interferir nos seus graves problemas internos. Por isso ainda, a superpotência sua rival — os EUA — talvez em concordância com a própria URSS, procura fomentar tranquilizante estabilidade no Mundo.

Não seria assim surpreendente que ambas as superpotências pudessem estar suficientemente de acordo quanto ao estabelecimento duma política de «segurança-desenvolvimento-justiça» que parece estar sendo liderada pelos EUA, designada por «Novo Atlantismo», o qual se assemelha bastante a um antigo projecto da Comissão Trilateral para alargamento da Aliança Atlântica até ao Pacífico, designado por Sistema Atlântico Alargado.

O «Novo Atlantismo» parece ter como fulcro uma América do Norte a caminho de ser área de comércio livre por entendimento já em curso entre os EUA e o Canadá, a estender a seguir ao México, com duas associações mais ou menos simétricas nela centradas, uma através do Atlântico Norte, outra através do Pacífico. Quanto à primeira, tratar-se-á duma fusão progressiva CEE-NATO, com eventual redução do dispositivo militar desta aliança e seu recuo para a periferia atlântica, a fim de facilitar a atracção da Europa Oriental à Ocidental, e de preservar a possibilidade de reforço militar rápido da América do Norte à Europa em caso de necessidade. Quanto à segunda, tratar-se-á da APEC («Asia-Pacif Economic Association»), englobando EUA, Canadá, México, Japão, China, Austrália, N. Zelândia e países da ASEAN (Associação Económica de Nações do Sudeste Asiático). De notar que a APEC foi lançada em reunião em Dezembro de 1989 (pouco antes da Cimeira de Malta, onde se pode ter falado da CEE-NATO). E que, com ela, e com CEE-NATO, Japão e Alemanha unificada, os «perturbadores» marítimo e continental da bipolaridade EUA-URSS poderão ter ficado enquadrados, não apenas para funcionarem como locomotivas

de desenvolvimento regionais, como para tranquilizar sectores reaccionários que, na URSS, poderão procurar argumentos para interromper a chamada «perestroika».

A completar o sistema, poderão estar em perspectiva duas cadeias de solidariedade, Norte-Sul e Sul-Sul, para melhorar o tripé «segurança-desenvolvimento-justiça» que estabilize o mundo que rodeia a URSS, e do qual o Ocidente precisa de se abastecer em paz de matérias-primas essenciais e de produtos energéticos.

De notar que o «Novo Atlântismo» constitui como que uma nova oportunidade para Portugal, na linha da supracitada sentença de Jaime Cortesão, pelas seguintes razões principais:

- porque lhe permite tirar partido da sua condição de ponte geoes-tratégica entre a Europa e a América do Norte (CEE-NATO), e de ponte histórico-cultural-religiosa Norte-Sul e Sul-Sul;
- porque a CEE-NATO é ambiente saudável para a coesão do país euro-atlântico descontínuo que Portugal é, que tem os Açores na área de interesse estratégico dos EUA e o Continente e a Madeira na da Europa, e para a compatibilização de europeístas e atlantistas portugueses.

Daí que a Portugal lhe interesse pugnar na CEE e na NATO por uma Europa atlantista, e privilegiar cooperações de interesse mútuo com o Brasil e países africanos de língua portuguesa.

A unificação da Alemanha e a crise no Golfo poderão estar sendo tomadas por perturbadores potenciais da nova ordem mundial bipolar que parece terem convencido as superpotências a cooperar no seu interesse próprio.

A unificação da Alemanha — cujo actual Presidente, quando ainda o não era, confessou que o seu país comunga dos valores e da cultura do Ocidente, mas não tanto da sua geografia — trouxe alguma inquietação aos países da CEE e da NATO, por recearem a hipótese de Berlim poder pretender assumir uma postura eurocentrista, ou mesmo a de fulcro dum novo poder euroasiático, a opor ao da América do Norte. Daí que possam nascer movimentações, por exemplo de Paris, procurando equilibrar a Europa com amarras para Londres e para o Norte de África. E também

na direcção da Península Ibérica, com a designação de Arco Atlântico. Em que, curiosamente, são recuperados velhos propósitos gauleses de arregimentar a Europa do Sul — na altura Grécia, Espanha, Portugal — para, consigo, e no seu dizer, fazer frente na Europa da CEE (onde pretendia fazer entrar os países referidos) aos países europeus mais ricos do Norte.

A crise do Golfo, ao acentuar ainda mais a instabilidade de todo o Médio Oriente, parece susceptível (descambe ou não em guerra) de provocar, no mínimo, uma desordem económica mundial capaz de perturbar seriamente a continuidade de «perestroika» na URSS, e a viabilidade de incrementar as solidariedades Norte-Sul e Sul-Sul.

De notar que a aproximação dos EUA às Américas do Sul e Central, agora em curso, poderá ser reacção às dificuldades que Europa e Golfo lhe estão criando, ao lembrar que o geoestrategista Seversky dizia ser mais prudente para o seu país olhar mais para aquelas regiões, antes de se dispersar por outras. O que poderá prenunciar novo surto de isolacionismo.

Por fim, porque em política não há efectivamente amizades, mas interesses, convirá, a propósito dos projectos europeus, procurar não ser ingénuo. Para o que é preciso não esquecer previsões de dois reputados pensadores geopolíticos: Ratzel, da escola alemã, e Célérrier, da francesa. Quanto ao primeiro, ao considerar em 1897 o espaço vital como território indispensável à realização duma entidade política forte e respeitada, acrescentou que as entidades políticas menores tenderiam a ser absorvidas pelas maiores, num processo que culminaria na criação dum reduzido número de Estados potentes que eventualmente se envolveriam em luta pela hegemonia mundial. Quanto ao segundo, contemporâneo, fala de reagrupamento de países sob diversas formas, por a maioria não ter a dimensão mínima indispensável para prover à sua prosperidade e à sua defesa em completa independência.

De notar ainda que, em artigo publicado no jornal «International Herald Tribune» de 26-3-90, subordinado ao título «A US Research Report on Soviet Views of Europe in 2000», a Europa aparece dividida em quatro sectores geográficos:

- O do Conselho Nórdico, abarcando os países escandinavos, nomeadamente com a Lituânia, a Letónia e a Estónia;

- O Grupo da Europa Central, com a chamada Europa de Leste e a Itália;
- A Confederação da Europa Ocidental, agrupando Espanha, França e Alemanha, ou seja, as três potências que, no passado, procuraram fazer a Europa pela força;
- A Inglaterra e Portugal, sob a designação comum de países associados membros da CEE.

Salienta-se que as reflexões por nós feitas não têm por propósito lançar desconfianças quanto ao esperançoso projecto europeu, mas apenas convidar à prudência, quando é verdade que tem já havido em Portugal importantes agentes económicos arrogando-se pertencer-lhes a possibilidade de andar mais depressa que políticos e opinião pública em termos de integrações ibéricas e outras, por forma a «pôr o País perante factos consumados».

A VERTENTE ATLÂNTICA DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

Num cenário internacional e regional de marcada incerteza, como é o actual, bem como o previsível a médio prazo, e que decorre em boa parte da circunstância de antagonistas seculares estarem agora procurando competir pela primeira vez em sereno ambiente de cooperação e negociação pacífica, os riscos tendem a ser menos evidentes e menos prementes, e o necessário aumento de confiança tende a afrouxar a vigilância. Por isso, haverá que usar, muito naturalmente, de maior prudência e maior sofisticação do que antes, quanto a política externa. Daí que, acima de tudo, deva impor-se começar por reforçar a solidez da frente interna — a base para actuação externa — em termos de desenvolvimento e justiça que promovem solidariedade, e de segurança preventiva, para evitar surpresas.

Portugal, importante para outros, e potencialmente fragmentário, passou a ter como parceiros, na CEE e na NATO, pela primeira vez na História, países contra os quais teve de afirmar a sua individualidade e liberdade de acção no passado. É, aliás, parecido com o que está ocorrendo

entre as superpotências quanto à nova era que ambas dizem propor-se fomentar, prometendo-se mutuamente passar a competir em termos moderadamente aceitáveis, pacíficos, negociais.

A política externa dum País, que como Portugal que o mar faz — como tão bem o entendeu Unanuno — e que teve por isso de se assumir como marítimo e como centrifuguista para se individualizar, tem de ser essencialmente atlantista. Mais, política externa, interna, de desenvolvimento, cultural e de defesa — mais intimamente coordenadas do que na era que está chegando ao fim — devem ter como objectivo principal, que é vital, contrabalançar continentalismos centrípetos com atlantismos centrífugos, inspiradas na estratégia declarada de D. João II: conter os poderes continentalistas em terra, e batê-los no mar. Frontalidade de que resultaram, naquela época, por exemplo, das relações mais respeitadas que tiveram lugar na História entre Portugal e a Espanha. Quer o referido dizer que, para contrariar hipóteses de «reconversão histórica de Portugal passando pela continentalidade, pela CEE e pela Espanha», como declarou o MNE espanhol, F. Moran, aquando da 1.^a Cimeira Luso-Espanhola realizada logo após a adesão dos dois países à CEE, haverá que começar por reforçar o poder económico e cultural do litoral do Continente português pelo desenvolvimento de pólos portuários-aeroportuários industriais, comerciais e culturais, com a aplicação de investimentos nacionais e estrangeiros de países marítimos, e de «joint ventures» com eles. Estratégia a complementar com aprofundamento de relações e de cooperações ainda mais fecundas com tais países, da Finlândia ao Japão, com natural maior incidência no Brasil, na potência marítima que é a clássica aliada de Portugal, e nos países africanos que falam português.

Quanto à CEE, convirá que a participação de Portugal seja feita com filosofia atlantista, em duas vertentes: enquadramento de bilateralidades inevitáveis culturais, económicas e militares com vizinhos de tendência continentalista na mais segura multipolaridade europeia; procurar que uma Europa da defesa, e política, seja atlantista. Quer isto dizer que a Portugal interessará pugnar pelo projecto CEE-NATO do «Novo Atlantismo» atrás referido, em que, naturalmente, a Europa possa assumir a condição de pilar em tudo simétrico ao da América do Norte, numa comunidade económica, cultural e de defesa transatlântica. Ambiente que é saudável, será preciso repeti-lo e acentuá-lo, para a solidariedade interterritorial dum Por-

tugal descontinuo que tem os Açores na área de interesse estratégico da América do Norte e o Continente e a Madeira na da Europa, como atrás se referiu. Saliente-se que, para se procurar realizar os objectivos implícitos no referido, a Portugal convirá ter delegações extremamente competentes e agressivas, e devidamente industriadas, para cumprir o seu papel de Portugueses e Europeus na NATO, na CEE, na UEO, onde agora também se defendem fronteiras e soberanias.

De notar que a Europa, como atrás se referiu, é comprida península Leste-Oeste, com fronteira marítima muito maior que a terrestre. O que, com a alta dependência que tem do exterior e das rotas oceânicas para se abastecer de produtos essenciais e para fins de defesa, é um «grande Portugal» a precisar de se afirmar também para o Atlântico. Pelo que Fernando Pessoa chamou a Portugal o rosto com que ela fita o Atlântico («Mensagem»). De notar ainda que, na Declaração Transatlântica assinada em Paris aquando da Cimeira da CSCE realizada há dias em Paris, foram formalizadas relações mais íntimas entre a CEE e os EUA, por certo para lançar a comunidade CEE-NATO.

Uma cooperação de interesse mútuo com países como o Brasil, mormente com este país-irmão, e com os países de língua oficial portuguesa, deve contribuir decisivamente para o prestígio, a influência e a liberdade de acção de Portugal nos âmbitos da CEE e da NATO. Por outro lado, um Mundo de Língua Portuguesa, contando com uma grande potência em perspectiva no seu seio, como é o Brasil, poderá ter um papel paralelo muito importante nas componentes de solidariedade Norte-Sul e Sul-Sul do «Novo Atlantismo», não apenas para a consolidação deste sistema global de «segurança-desenvolvimento-justiça», mas também no interesse de cada um dos países que compõem aquele Mundo. Pelo que convirá uma língua mais estratégica que pretensamente pura. Aliás, o facto de Portugal ser um país inserido em quadros de cooperação do Primeiro Mundo — como a CEE e a NATO — é também por certo de interesse dos países que falam português para fins de cooperação de interesse mútuo. Daí poder não ser bom para a imagem de Portugal posições de país do Sul, ou mesmo mediterrânico, lembrando terceiro-mundismos.

De notar a importância que estes países têm para a preservação de «faróis cultural-religiosos» da Lusofonia no Índico, na Oceania e no Pacífico (com interesse para a componente Sul-Sul do «Novo Atlantismo»), e também a de Portugal e do Brasil de 150 milhões de habitantes, para a defesa da língua portuguesa (que é coesão e identidade de Angola e Moçambique) num futuro espaço de cooperação económica da África Austral de língua predominantemente inglesa. No âmbito do Mundo que fala português, tem ainda importante valor geopolítico e geocultural o eixo insular Cabo Verde-S. Tomé e Príncipe, como espinha dorsal da solidariedade Norte-Sul do «Novo Atlantismo», e ainda o eixo Natal-Cabo Verde-Guiné, atravessando o estrangulamento estratégico entre as protuberâncias brasileira e africana.

Quanto à NATO, a Portugal conviria insistir numa área IBERLANT (íbero-atlântica) abarcando apenas, mas todo, o conjunto territorial português, e deixando para a Espanha, naturalmente preocupada com Ceuta, Melilla e Canárias, o seu eixo Baleares-Estreito-Canárias, por que sempre manifestou grande interesse estratégico. É que ter no «IBERLANT português» território espanhol, como é o caso das Canárias, poderá servir um dia para exigir cooperações ibéricas, nomeadamente no seio de UEO, ou de dissuasão regional a pretexto de pretensas ameaças do Magrebe. Cooperações que será bem melhor haver entre áreas distintas de Portugal e Espanha contíguas, para não se correr o risco de ser «batido» no mar. Isto é, de ver o país vizinho, pelo facto de ter maior poder militar, a ser o dialogante principal com a Potência Marítima no próprio espaço interterritorial de Portugal, que é a área de afirmação secular da sua euro-atlanticidade individualizante. Risco ainda de «cerco estratégico» por um vizinho que já pode controlar toda a fronteira terrestre de Portugal, com consequente prejuízo da sua imagem e do seu poder negocial na CEE, na NATO, e na Cooperação. De notar ainda que a solução IBERLANT com todo o conjunto territorial de Portugal nele inserido teria como virtude ser ambiente mais favorável para a solidariedade interterritorial e para o poder negocial de Portugal, em consequência de deixar de haver uma fronteira avançada da defesa em profundidade dos EUA passando pelo meio do conjunto territorial português.

Quanto às comunidades de Portugueses e seus descendente no estrangeiro, parece terem maior importância para a vertente atlântica da política externa nacional as dos EUA, da África Austral e do Brasil, esta por razões óbvias. Nomeadamente, importa salientar o valor potencial de «lobbies» competentes e activos, capazes de aproximarem interesses de Portugal e de potências e regiões tão determinantes como as referidas para a sua individualidade e liberdade de acção, como são a potência marítima clássica aliada, e a África Austral onde, para além da República da África do Sul, existem Angola e Moçambique.

Por fim, será interessante atentar na circunstância de o aparecimento de figuras como o Arco Atlântico e o Eixo Atlântico, da iniciativa de sectores franceses e espanhóis, serem reveladores do grau de interesse dos seus países pela atlanticidade de Portugal. Precisamente quando a unificação da Alemanha tende a ressuscitar receios de propensões históricas hegemónicas germânicas e de translação do fulcro da Europa político-económica para Leste, e a criar contra-poderes económicos, políticos e culturais atlânticos, e também mediterrânicos. Nomeadamente, é de referir o interesse que tem sido manifestado por WASHINGTON por uma aproximação entre a Inglaterra e a França, que poderá ser agora mais viável com J. Major do que com M. Thatcher, e com novo esforço de entendimento franco-alemão. São por certo movimentações e hipóteses que merecem ser consideradas com o tacto próprio dum velho país que tem obrigação de saber bem o que quer e, mais ainda, o que não pode querer, e que em política não há amizades, mas interesses. Por isso se pensa ser mais conveniente pesar-se bem o que se ganha e o que se perde, como sempre deve acontecer quando se enfrentam opções importantes.

Seja como fôr, trata-se de tendência euro-atlantista a acompanhar, com atenção, para eventualmente se tirar partido dela sem comprometer a tradicional política atlântica de Portugal, para a qual as suas potencialidades marítimas são apesar de tudo escassas para, só por si, lhe garantirem individualidade, soberania e liberdade de acção suficientes. E isto porque a tendência em questão tem o interesse de reforçar a esperança de que o Novo Atlantismo dos EUA esteja efectivamente oferecendo a Portugal novas oportunidades. Para já, projectos de tipo Arco Atlântico têm

a virtude de conferir interesse a ligações marítimas europeias de cabotagem, como tem sido salientado, as quais têm grande valor para o País, pelas seguintes razões principais:

- é oportunidade para se criar uma alternativa marítima a ligações à Europa por terra, que várias experiências recentes mostram ser importante vulnerabilidade nacional;
- pode permitir tirar partido da posição central do País, não apenas quanto a França e Espanha, mas também quanto a toda a Europa, para fins de apoio à navegação, de que a Lisnave é bom exemplo; e ainda para fazer de portos portugueses de águas profundas portos de transbordo de rotas oceânicas intercontinentais para as rotas costeiras da Europa;
- pode contribuir para reforçar a maritimidade centrífuga de Portugal, através da valorização dos seus portos e áreas envolventes, dos seus rios navegáveis, e do seu individualizador litoral;
- é oportunidade para maior progresso económico e social, dado o poder multiplicador que as comunicações marítimas têm quando as actividades que lhe estão associadas, das áreas da ciência e tecnologia, da gestão empresarial, da indústria naval, da prestação de serviços, laboral etc.

10 de Dezembro de 1990

Virgílio de Carvalho